



A Ebserh deixará explodir a bomba da insalubridade?

Uma bomba está armada contra os trabalhadores da Ebserh e contra a própria empresa.

São milhares de pessoas revoltadas, indignadas e angustiadas pela ameaça de perder parcela significativa de sua remuneração, conforme comunicado do último dia 6 de maio, divulgado pela direção da Ebserh.

Não é difícil imaginar o caos que se instalará nos hospitais se concretizada a ameaça de alterar a base de cálculo da insalubridade dos empregados contratados anteriormente a 2019.

Distorções

A origem do problema está em 2019, quando era presidente o genocida Bolsonaro. Em 30 de julho de 2019, o então Conselho de Administração da Ebserh editou a famigerada Resolução 88 que determinou a mudança: o cálculo do adicional de insalubridade passou a ser baseado no salário-mínimo e não mais no salário base de cada pessoa.

A forma de cálculo anterior continuou vigendo para os empregados admitidos até a data da Resolução 88, mas foi alterada para os contratados posteriormente, criando duas classes de empregados com direitos diferenciados, provocando distorções nas relações de trabalho e divisões internas.

CGU é governo, TCU é órgão de controle externo

Para agravar a situação, em 2022, a Controladoria Geral da União (CGU), também no governo do genocida, apoiadose na Resolução 88, "constatou" que o cálculo da insalubridade pelo salário-base para os antigos

estaria em desacordo com a CLT.

Em seguida, ainda em 2022, entra em cena o Tribunal de Contas da União (TCU) anti-trabalhador e determinou que, para todos os empregados, os antigos e os novos, a insalubridade deve ser calculada pelo salário-mínimo.

Agora, depois de idas e vindas judiciais, a empresa comunica os trabalhadores que será obrigada a cortar o cálculo da insalubridade para os antigos e pressiona para arrancar um acordo - seja por qual tortuoso caminho for - nesse sentido. Foi esse o conteúdo do Ofício 2/2025/PRES-EBSERH, enviado às entidades em 7 de maio de 2025, dando prazo até 14 de maio para uma resposta.

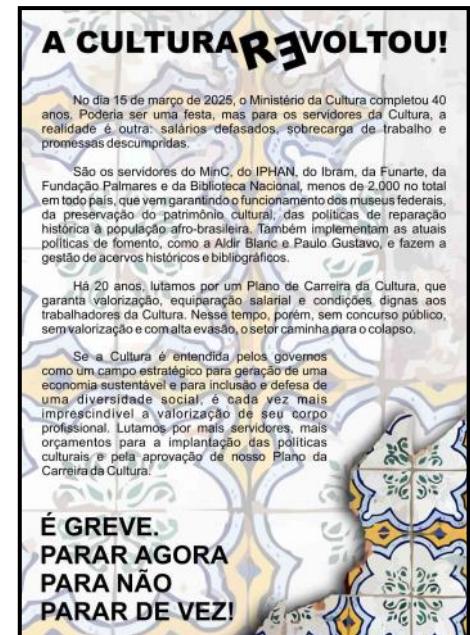
Vamos à luta!

Diante dessa gravíssima ameaça, a Direção da Condsef/Fenadsef, auxiliada por nossa Assessoria Jurídica Nacional, e em colaboração com nossas filiadas, está levantando todos os elementos jurídicos, políticos e administrativos para convocar a categoria a deliberar sobre as formas de enfrentar a situação.

Simultaneamente, a Condsef/Fenadsef enviou ofício à Ebserh na sexta-feira, 9 de maio, solicitando a ampliação do prazo para essa discussão. A Ebserh respondeu fixando para 21 de maio o prazo para resposta.

Neste 13 de maio, terça-feira, haverá reunião com as demais entidades sindicais que intervém na Ebserh para uma avaliação conjunta.

Neste quadro crítico reforçamos a importância de organi-



zarmos em nossos sindicatos filiados e nos preparamos para nos mobilizar numa luta que será difícil e complexa, para a qual trabalharemos nos terrenos político, mas também jurídico e administrativo.

NENHUM DIREITO A MENOS!

**Direção da Condsef/
Fenadsef, 12 de maio de 2025**



CUT: nova alta da taxa de juros ‘ameça direitos e a reconstrução do país’

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) manifesta veemente repúdio a mais uma decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de elevar a taxa básica de juros (Selic), desta vez para 14,75%, em clara contradição com as necessidades urgentes de reconstrução econômica e social do país. Enquanto o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva avança na redução da inflação, no fortalecimento do real, na geração de empregos e na aprovação de reformas estruturais, o Banco Central insiste em uma política monetária asfixiante, privilegiando interesses financeiros em detrimento do desenvolvimento nacional e dos interesses do povo brasileiro.

Em um contexto de desaceleração inflacionária e da menor taxa de desemprego em oito anos, a decisão do Copom revela que a mudança do presidente do Banco Central para o comando de Gabriel Galípolo não mudou a visão predominante naquela instituição nos últimos anos. A medida não se justifica técnica ou economicamente, mas integra uma estratégia que se coloca na contramão do que tem priorizado o governo do presidente Lula e das demandas sindicais históricas: a retomada de investimentos públicos, a valorização do salário mínimo e a redução das desigualdades. A manutenção dos juros nas alturas, agora agravada pelo novo aumento, drena recursos vitais dos cofres públicos — que poderiam ser destinados à saúde, educação e infraestrutura — para remunerar a especulação com uma dívida pública que cresce substancialmente todas as vezes que a taxa Selic é elevada, beneficiando apenas os rentistas.

O aumento de 0,5% na taxa SELIC tem impactos significativos sobre a dívida pública brasileira, principalmente porque essa taxa é o principal ponto de referência para os títulos públicos indexados a ela. Estima-se que cada ponto percentual de aumento na Selic eleva o custo da dívida pública em aproximadamente R\$ 50 bilhões por ano, segundo dados do próprio Banco Central. Considerando que a Selic subiu de 10,5% em setembro de 2024 para 14,75% em maio de 2025, um aumento de 4,25 pontos percentuais, o impacto adicional no custo anual da dívida pode ser estimado em cerca de R\$ 212,5 bilhões. Um aumento na taxa eleva os juros pagos pelo governo para rolar a dívida existente, o que pressiona o déficit primário, já que o governo precisa arrecadar mais ou cortar gastos para cobrir o maior custo da dívida.

A taxa Selic elevada torna-se um mecanismo de transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos e inviabiliza o crédito acessível para famílias e pequenas empresas, estrangula o consumo interno e freia a geração de empregos formais. Enquanto trabalhadores e trabalhadoras enfrentam o custo elevado do crédito ao consumidor, o sistema financeiro acumula lucros recordes. É urgente que o Senado Federal e a sociedade civil ampliem o debate sobre a composição do Conselho de Política Monetária, que não conta com representação dos trabalhadores e das trabalhadoras, de forma que banqueiros aproveitem da autonomia do Banco Central para tomadas de decisões desconectadas do interesse nacional. A política monetária precisa estar alinhada ao combate às desigualdades, com juros menores, crédito direcionado a setores estratégicos e controle social sobre as metas inflacionárias. Reconstruir o Brasil exige enfrentar o poder dos banqueiros, que recebem lucros bilionários em detrimento dos interesses da maioria da população brasileira e do desenvolvimento sustentável do país.

A CUT e suas entidades filiadas seguem em campanha permanente pela redução da taxa de juros e pelo fim da autonomia do Banco Central. O momento é unir esforços contra esse golpe silencioso contra o país e lutar para garantir que a economia sirva ao povo brasileiro e não à especulação. Seguiremos vigilantes e mobilizadas em defesa dos direitos da classe trabalhadora e por um projeto de desenvolvimento que garanta emprego, renda, comida e dignidade para todos e todas.

Se é importante para o povo brasileiro, é uma luta da CUT.

São Paulo, 07 de maio de 2025.

Direção Executiva Nacional da CUT

SINDSEP
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

ASSEMBLEIA POR LOCAL DE TRABALHO
EBSERH-MA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 006/2025

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão – SINDSEP/MA, em consonância com o estatuto, convoca os associados em gozo dos seus direitos Estatutários e convida os (as) empregados(as) da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH/MA, para participarem da Assembleia no dia 14 de Maio de 2025, às 12:00 horas, no pátio do Hospital Universitário Presidente Dutra, sito à Rua Barão de Itapary, 227 – Centro, para discutirem sobre a seguinte pauta: 1- Informe e 2- Processo de Insalubridade da EBSERH.

São Luis(MA), 12 de Maio de 2025.

João Carlos Lima Martins,
Presidente.

Preocupada com o tempo exíguo para tratar de um tema tão importante para os trabalhadores e trabalhadoras da EBSERH, a Condsef/Fenadsef conseguiu um prazo maior para a reunião com a direção da empresa que irá tratar sobre a questão da Base de cálculo da insalubridade, para que o tema possa ser melhor compreendido e quais as opções jurídicas e políticas para reverter a atual determinação do TCU.

Nesse sentido o Sindsep/MA entendeu ser necessário o adiamento da assembleia com os trabalhadores da EBSERH em São Luís, que estava marcada para o dia 14 às 12:30h, transferindo para o dia 21 no mesmo horário e local conforme edital a ser publicado em nossos meios de comunicação.

**Fiquem atentos
em nossas redes!**